



Brasil: ator unipolar na América do Sul?

Brazil: a unipolar actor in South America?

DOI: 10.21530/ci.v11n1.2016.355

Lucas Pereira Rezende¹

Resumo

Este artigo busca fazer um estudo da balança de poder na América do Sul, através de um levantamento quantitativo e qualitativo de 15 indicadores de poder: (1) tamanho da população; (2) tamanho do Produto Interno Bruto; (3) os *Correlates of War* (COW); (4) os gastos absolutos em defesa; (5) o percentual do PIB gasto em defesa; (6) o número total de efetivos nas Forças Armadas ativas; (7) o total de efetivos nos Exércitos; (8) o total de efetivos nas Marinhas; (9) o total de efetivos nas Forças Aéreas; (10) o total de veículos blindados; (11) o total de peças de artilharia; (12) o total de submarinos; (13) o total de embarcações de guerra; (14) o total de aviões de combate; e (15) o índice *Global Fire Power*. Partindo dos indicadores comumente utilizados pela literatura para medir poder, como o tamanho do PIB, os COW e os gastos em defesa – indicadores utilizados por Wohlforth (1999; 2009) para sustentar a unipolaridade estadunidense, o Brasil seria, também, uma unipolaridade da América do Sul. Todavia, quando adicionamos os outros indicadores específicos de mensuração da capacidade militar atual sul-americana, vimos que a tendência brasileira à unipolaridade não se sustenta. Há uma grande defasagem, em termos comparativos, das Forças Armadas brasileiras frente às demais na América do Sul, levando em consideração seu tamanho territorial, populacional e PIB. Isso faz com que, por esses outros indicadores, observássemos uma tendência a uma multipolaridade desequilibrada. Mesmo que tenha programas de reaparelhamento de suas Forças Armadas, o Brasil não é o único a fazê-lo. Isso pode indicar que, tal qual se observou no campo global com os Estados Unidos no pós-Guerra Fria, a unipolaridade brasileira possa ser um fenômeno de curta duração, ainda que a maioria dos indicadores mostre que tal situação está, do início do século até 2013, em ascensão.

Palavras-Chave: Unipolaridade, Neorrealismo, América do Sul, Brasil, Forças Armadas.

¹ Doutor em Ciência Política (UFRGS), Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFSC).
Artigo recebido em 08/03/2016 e aprovado em 10/08/2016.





Abstract

This article seeks to make a study of the balance of power in South America through a quantitative and qualitative survey of 15 power indicators: (1) size of the population; (2) size of gross domestic product; (3) Correlates of War (COW); (4) absolute defense spending; (5) percentage of GDP spent on defense; (6) total number of personnel in the active military; (7) total personnel in Armies; (8) total personnel in Marine; (9) total personnel in the Air Force; (10) total number of armored vehicles; (11) total number of artillery pieces; (12) total figure of submarines; (13) total figure of war vessels; (14) total number of combat aircrafts; and (15) index Global Fire Power. Based on the indicators commonly used in the literature to measure power, as the size of GDP, the COW and defense spending – indicators used by Wohlforth (1999 and 2009) to support the US unipolarity – Brazil was also a unipolar power in South America. However, when we add other specific indicators to measure the current military capability of South American states, we see the Brazilian tendency to unipolarity does not hold. There is a large gap, in comparative terms, between the Brazilian Armed Forces and the other South American actors, taking into account their territorial size, population and GDP. Taking these indicators into account, we could describe the system as an unbalanced multipolarity. Even if there is a re-equipment program of its armed forces, Brazil is not the only one to do so. This may indicate that, as it was observed in the global system with the United States in the post-Cold War, the Brazilian unipolarity may be a short-term phenomenon, although most indicators show that, from the beginning of the century to 2013, Brazilian capabilities were rising.

Keywords: Unipolarity, Realism, South America, Brazil, Armed Forces.

Introdução

A discussão acerca de polaridades do sistema internacional remete-se, no campo das teorias de relações internacionais, primordialmente à proposta neorrealista capitaneada por Waltz (1979). Incontáveis são, depois dele, os estudos a favor ou contra as pressões estruturais como ferramenta analítica, o que as faz permanecer, ainda, no *mainstream* das relações internacionais. O uso normativo de interpretações da polaridade é igualmente importante para a compreensão da dinâmica política de determinado momento histórico. Reconhecer-se como um polo do sistema é uma ferramenta política importante em busca de prestígio internacional e da consolidação de autoimagem de um país. A própria leitura política do mundo como multipolar, bipolar, unipolar, ou outras configurações, traz resultados práticos em política externa. É comum e frequente o uso desses





termos em discursos de presidentes e chanceleres e em documentos oficiais dos Estados.

Buscando compreender um pouco mais a dinâmica regional sul-americana, procuramos apresentar uma análise material da distribuição de recursos na região. Nosso objetivo é mostrar, através do uso de 15 indicadores diferentes, que a região tem uma configuração de poder unipolar, sendo o Brasil o unipolo. Contudo, ainda que atenda aos requisitos de Wohlforth (1999; 2009) para a unipolaridade, no campo militar, o Brasil não é o ator hegemônico absoluto na região, sendo ultrapassado em alguns indicadores por outros Estados. Mesmo que tenha programas de reaparelhamento de suas Forças Armadas, o Brasil não é o único a fazê-lo. Isso pode indicar que a unipolaridade brasileira possa ser um fenômeno de curta duração.

A noção de unipolaridade apresentada nesse artigo parte da definição feita por Wohlforth (1999; 2009), segundo a qual a unipolaridade se define quando um ator detém recursos grandes o suficiente para que não seja contrabalanceado por outros Estados, mas, ao mesmo tempo, não grandes o bastante para permitir a constituição de um império global. Tal concentração deve ser simétrica em todos os campos de poder – "tamanho da população e território; dotação de recursos; recursos econômicos; força militar e 'competência', de acordo com Kenneth Waltz" (WOHLFORTH, 1999, p. 10, tradução nossa) – e não deve ser confundida com outras configurações, como a multipolaridade ou a bipolaridade desequilibradas. Igualmente importante é esclarecer nosso conceito de polo, que parte de Schweller (1998), para quem polo é aquele país que detém mais de 50% dos recursos dos Estados imediatamente inferiores a ele na escala de recursos em determinada balança de poder.

Antes de entendermos a polaridade sul-americana, contudo, temos que compreender que se trata de uma região, em termos relativos de recursos, fraca, o que leva a processos também fracos de instituições nacionais e internacionais (ETCHEGOYEN, 2011). Nenhum deles tem, ou já teve acesso, a armas de destruição em massa. Tampouco algum detém o próprio controle do espaço. Nem mesmo tem capacidade de inexpugnabilidade contra um ataque de alguma potência global. Ou seja: a América do Sul é uma região de baixa concentração relativa de recursos, onde não há um candidato a hegêmona global.

Desequilíbrios de poder regionais na América do Sul tendem a não ter escala global, uma vez que, mesmo que um ator atinja o *status* de hegêmona regional (nos termos de MEARSHEIMER, 2001) ou de potência unipolar (WOHLFORTH, 1999;





2009)², a baixa concentração de recursos relativa que tal polo teria na balança de poder global não seria suficiente para desequilibrá-la. A dinâmica de sua balança de poder tende a ser local, refletindo, no máximo, aspectos da balança de poder global quando há interesse específico do(s) polo(s) global(is).

Também é importante, para entendermos a América do Sul, levarmos em conta os seus processos de integração regional. Segundo Cepik (2011, p. 82), a integração regional levada adiante por potências ou grupos de potências regionais tem sido "o principal fator de estabilização e de construção de alternativas à lógica da balança de poder e dos dilemas de segurança associados com a ordem multipolar desequilibrada³". Em linha com o autor, Lima (2013, p. 187) apresenta que "a lente conceitual para uma adequada análise da regionalização da América do Sul deve ser a da diversidade e heterogeneidade, e não a da fragmentação". Ou seja, torna-se necessário, até mesmo para o entendimento dos processos de regionalização sul-americana, que compreendamos melhor o que, na agenda de análise de recursos de poder, estamos chamando de diversidade e heterogeneidade de recursos.

Sobre os recursos dos países da América do Sul, Rodriguez (2013) traz excelente análise qualitativa, mas, para nosso propósito, excessivamente calcada em elementos discursivos, o que dificulta uma análise material imparcial descolada dos objetivos políticos dos entrevistados que, em sua quase totalidade, apresentavam sua visão pelo argumento do Brasil como polo regional baseada fundamentalmente em questões econômicas. O autor mostra a percepção dos tomadores de decisão no Brasil frente ao seu entendimento tanto das limitações de recursos do Brasil quanto de possíveis cenários de alteração da balança de poder global devido aos desdobramentos da crise de 2008.

Outro trabalho que se mostra importante nesse sentido é o de Schenoni (2014). O autor, tal qual o presente trabalho, pressupõe a unipolaridade brasileira na América do Sul. No entanto, não apresenta avaliações materiais para comprovar tal unipolaridade, concentrando-se, com esmero, em estudar como as variáveis

2 Ainda que próximos em termos de expectativas, as definições de hegemonia regional de Mearsheimer (2001) e de unipolo de Wohlforth (1999; 2009) são distintas. Para o primeiro, a hegemonia regional é o melhor status possível para um Estado. Nela, não há outros atores, na região, capazes de balancear contra o hegêmona regional, que, dessa forma, domina a balança regional. Já para o segundo, unipolo é aquele que detém capacidades altas o suficiente para não haver balanceamento, mas não o suficiente para controle absoluto do sistema. Para a avaliação das balanças de poder regionais, ambos os conceitos operam de maneira semelhante: a prevalência de um único ator, que concentra, de forma desproporcional, os recursos deste sistema.

3 O autor partilha da visão de Mearsheimer (2001) de que o mundo é, atualmente, uma multipolaridade desequilibrada. Ver: Cepik (2011), Cepik e Machado (2011) e Cepik e Schneider (2010).





domésticas contribuíram para a não resposta dos demais países sul-americanos durante a ascendência brasileira a único polo da região – o que pode levar a uma interpretação precipitada da polaridade regional.

De igual maneira, Rezende (2015) explora a cooperação em defesa como forma de aumentar a capacidade de sobrevivência dos Estados sul-americanos, sem, no entanto, desencadear uma corrida armamentista ou um balanceamento *offshore* dos EUA. A cooperação em defesa, nesse caso, atende à expectativa realista ofensiva de maximização (REZENDE, 2014). Na América do Sul, o Brasil, como unipolo no início do século XXI, seria o responsável por criar e manter tal regime.

Os trabalhos de Rodriguez (2013) e Schenoni (2014) são leituras que complementam as nossas. Contudo, para ter certeza das premissas desses trabalhos, é fundamental uma avaliação material para a definição da polaridade sul-americana, o que justifica a relevância do trabalho aqui apresentado.

É importante também que lembremos que uma análise material não implica certeza de vitória, mas uma visão das potencialidades inerentes a cada um dos atores (MEARSHEIMER, 2001). Contudo, Biddle (2004) nos mostra que é também complicado medir-se o poder militar de Forças Armadas que não projetam poder⁴ – o caso dos países sul-americanos. Diversos elementos são difíceis de mensuração, nesses casos, como os fatores qualitativos exigidos por Mearsheimer (2001). Estando longe de um processo de digitalização, em comparação com outras regiões do mundo, e a análise da balança de poder da América do Sul aproxima-se de uma abordagem materialista mais tradicional. Deve ser lida, dessa forma, com base nos recursos militares convencionais. Logo, fazer uso dos *Correlates of War*, como forma de medir poder, torna-se mais próxima dos recursos dos Estados sul-americanos do que para os polos globais.

Como indicadores para definirmos a balança de poder na América do Sul, iniciaremos com (1) tamanho da população, (2) tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) e (3) o índice *Correlates of War* (COW). Esses são indicadores gerais, e servirão para ajudar a definir o panorama amplo para a região e, em especial,

4 Biddle (2004) demonstra que o poder só pode ser, de fato, medido com precisão uma vez que seja empregado. Em países que fazem o uso da força, é possível medir a capacidade de emprego da força, tornando possível uma avaliação qualitativa dos números brutos apresentados em índices de medição de recursos, como *The Military Balance* (IISS, diversas edições). Em países que não empregam suas Forças Armadas, essa mensuração é elusiva, e de difícil avaliação qualitativa. A forma de medir a qualidade dos soldados, operacionalização dos equipamentos militares e a capacidade tática de Forças Armadas que não empregam poder é, portanto, uma dificuldade para a avaliação qualitativa dessas Forças.





o poder latente dos Estados analisados. Para entendermos a disponibilidade de recursos específicos para a defesa e a sua parcela de participação na economia, levantaremos (4) os gastos totais em defesa e (5) o percentual do PIB gasto em defesa em cada um dos países sul-americanos. Para a medição do poder militar, levantaremos os seguintes indicadores: (6) número total dos efetivos das FFAA; (7) número total dos efetivos dos Exércitos; (8) número total dos efetivos das Marinhas; (9) número total dos efetivos das Forças Aéreas; (10) número total de tanques; (11) número total de peças de artilharia; (12) número total de submarinos; (13) número total de embarcações de guerra, separando em (i) embarcações de águas azuis (oceânicas) e (ii) embarcações de águas marrons (costeiras); e (14) número total de aviões de combate. Por fim, como último indicador, utilizaremos (15) o índice de poder militar elaborado pela *Global Fire Power* (GFP) (2013)⁵.

O Tamanho da População

O tamanho da população é um dos indicadores importantes para a medição do poder, isso porque somente grandes populações podem fazer grandes FFAA e grandes riquezas. Para que um Estado almeje a posição de grande potência, portanto, é preciso que tenha também grande população. O contrário, contudo, não é uma verdade: grandes populações não fazem, necessariamente, uma grande potência. É preciso haver equilíbrio entre os recursos do país, do contrário, grandes populações servirão para diminuir, e não aumentar, o poder do Estado, devido ao seu alto consumo de recursos (MEARSHEIMER, 2001).

No indicador de tamanho da população, os números brasileiros são muito superiores aos demais. Com aproximadamente 200 milhões de pessoas (IISS, diversas edições), a população do Brasil supera a de todos os demais Estados sul-americanos somados. Isso significa que, por esse indicador, o Brasil teria uma concentração de recursos indicando uma unipolaridade – desde que aliado a outros indicadores importantes, como detenção de recursos naturais, posse de plantas industriais avançadas e infraestrutura de transformação de poder latente em militar.

5 Por questões de espaço, tivemos que suprimir alguns dos gráficos com a apresentação dos números. Tais gráficos estão disponíveis em Rezende (2015).





Produto Interno Bruto (PIB)

Como segundo elemento de base do poder militar (MEARSHEIMER, 2001), a riqueza, medida pelo PIB, é um indicador que mostra a pujança de uma economia e a quantidade de recursos disponíveis para serem transformados em poder militar. Para a análise do PIB sul-americano, optamos por pegar dois momentos históricos: 1992 a 2000, quando o subcontinente saía da chamada década perdida, e 2007 a 2015, mostrando os anos mais recentes.

No primeiro período selecionado, com um PIB de US\$ 441 bilhões em 1993, o Brasil tinha mais recursos do que Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela somados, quantia de US\$ 312 bilhões. Já no meio da década de 1990, vemos um expressivo crescimento do PIB argentino, chegando a números próximos à metade do brasileiro. Nesse ano, a soma do PIB dos demais países supracitados fica maior do que o valor brasileiro, chegando a quase US\$ 600 bilhões. Em 2000, contudo, o PIB do Brasil retoma o seu crescimento, e os números totais superam a soma dos demais. Enquanto o PIB argentino, chileno, colombiano, peruano e venezuelano somava US\$ 607 bilhões, o brasileiro era de US\$ 643 bilhões (IISS, diversas edições).

O período final de análise, entre 2007 e 2015, mostra o quanto o crescimento econômico brasileiro foi muito mais acelerado que o dos demais países sul-americanos. Em 2007, podia-se observar o Brasil como único polo econômico na América do Sul. Com um PIB de US\$ 1,3 bilhão, o país apresentava uma concentração de riqueza maior do que a de todos os demais Estados da América do Sul somados – que, nesse ano, estava na casa de US\$ 1,03 bilhão. O avanço econômico do país fica ainda mais desproporcional no decorrer do período, chegando ao ápice em 2011, com um PIB de quase US\$ 2,5 bilhão. Nesse ano, o PIB de todos os demais chegou perto de US\$ 1,7 bilhão – ou seja, os números do Brasil eram equivalentes a quase 1,5 vezes os dos demais países do subcontinente. A partir de 2007, é patente que o PIB indica uma liderança isolada do Brasil, o que o coloca, com larga vantagem, como único polo econômico na região.

A crise econômica pela qual o Brasil, e alguns países da região, passaram e enfrentar após 2013 não é suficiente para retirar a unipolaridade brasileira na América do Sul. Em 2015, ano de início do déficit orçamentário brasileiro, o total do PIB foi de US\$ 1,8 trilhão de dólares, enquanto a soma de todos os demais países sul-americanos atingiu a quantia de US\$ 1,63 trilhão. Ou seja: a economia brasileira, mesmo em crise, ainda é maior do que todas as demais de sua região somadas (IISS, diversas edições).





Os *Correlates of War*⁶

Os COW, ainda que tenham diversos problemas, são um dos indicadores mais comumente usados para a medição de poder militar. Isso porque é um apanhado que leva em consideração diversos outros indicadores importantes para o entendimento do dinamismo de um país. É um dos indicadores essenciais utilizados por Wohlforth (1999; 2009) para mostrar a unipolaridade estadunidense. Para o meu propósito, os COW parecem-me ainda mais adequados do que para a balança de poder global. Isso porque, diferentemente de EUA, China e Rússia, por exemplo, detentores do comando do espaço, de capacidade de segundo ataque e de inexpugnabilidade mútua (CEPIK, 2011), os países da América do Sul estão ainda muito distantes de acompanhar os grandes polos tecnológicos científicos. Ao analisá-los para a região, Lima (2013, p. 4) afirma que “[a] América do Sul ostenta um valor bastante baixo neste índice. No período de 1990 a 2007, a região alcançou seu valor mais alto no ano de 1998, chegando a 0,54% do total das capacidades materiais no sistema internacional”.

Tal qual nos indicadores anteriores, é notável, no Gráfico 4, a concentração de recursos dos COW nas mãos do Brasil. Em todo o período selecionado, o país esteve ou acima ou muito próximo do controle dos COW na América do Sul, detendo, isoladamente, cerca de 50% do total. Segundo Lima (2013), há uma "significativa concentração de recursos materiais na região, assumindo esta última uma distribuição tipicamente unipolar". O grande destaque apontado por Lima (2013) é para a Colômbia, que vem crescendo em sua concentração de COW, assumindo o segundo lugar na balança de poder sul-americana – posição essa, até 2001, ocupada pela Argentina. Ainda assim, devemos ler com cuidado o crescimento colombiano, pois ele não significa, ao menos por ora, um decréscimo da concentração maciça de COW do Brasil. Em 2007, a Colômbia detém algo próximo de 12% da concentração dos COW, enquanto o Brasil tem cerca de 49%. A distância, portanto, é ainda muito grande.

Gastos em defesa

O valor total gasto em defesa é também um indicador importante de ser observado. Isso nos será útil por duas razões: a primeira delas é que poderemos

6 Infelizmente, na plataforma do projeto *Correlates of War* <<http://www.correlatesofwar.org/>>, os dados só estão disponíveis até o ano de 2007. Por essa razão, anos mais recentes não estão incluídos.





observar as tendências desses gastos ao longo do tempo, a fim de analisarmos se há padrões. A segunda é que será importante para vermos indícios de corrida armamentista na América do Sul. A observação de um aumento de gastos em defesa pode significar um reaparelhamento das Forças Armadas, ou mesmo um incremento no orçamento para essas pastas devido a um crescimento exagerado do PIB. As inter-relações entre os indicadores de poder são importantes; por tal razão, optamos por desconstruir o índice COW em alguns indicadores específicos.

Entre 2002 e 2012, observa-se uma tendência notável de crescimento ao longo do tempo. Há uma clara ascendência geral na América do Sul. Em dez anos, os valores absolutos na região passaram de quase US\$ 19 bilhões para quase US\$ 66 bilhões, um aumento de cerca de 247%. Merecem destaques os aumentos do Chile, em menor proporção, seguido da Colômbia, com significativo aumento e, por fim, o expressivo aumento brasileiro (IISS, diversas edições).

Os gastos em defesa do Chile passaram de US\$ 1,78 bilhões, em 2002, para quase 5,5 bilhões em 2012, um aumento de quase 209%, firmando-o em terceiro lugar em gastos absolutos com defesa. A Colômbia teve um aumento ainda maior, de 263%. Já o Brasil saiu de um gasto de US\$ 9,7 bilhões para um de US\$ 33,14 bilhões, chegando ao seu ápice no ano anterior, com US\$ 36,9 bilhões gastos em defesa. Esse valor representa um aumento de 280%, colocando-o como, dos três países, aquele que mais aumentou percentualmente e absolutamente os seus gastos em defesa. Em 2002, os gastos brasileiros já eram mais do que os dos demais países sul-americanos somados. Em 2011, a soma dos gastos de todos os outros países sul-americanos era de US\$ 28,252 bilhões, o que aumentava a diferença entre os gastos do Brasil e dos demais em quase US\$ 8,7 (IISS, diversas edições).

O ano de 2012 viu um decréscimo nos valores do Brasil, caindo seu orçamento em defesa para US\$ 33,14 bilhões. Contudo, a soma de todos os outros, mesmo com o notável crescimento colombiano, atingiu o valor de US\$ 32,7 bilhões – ou seja, o Brasil, em todo o período, até o ano de 2012, gastou mais em defesa do que todos os demais países sul-americanos somados. No entanto, a desvalorização do real, o aumento dos gastos em defesa dos demais Estados da região e a diminuição do orçamento brasileiro para a defesa fez com que, em 2014 e 2015, o Brasil apresentasse números menores do que os dos vizinhos somados. Em 2014, o Brasil gastou US\$ 31 bilhões em defesa, e os demais sul-americanos a soma de US\$ 31,55 bilhões. A diferença aumenta em 2016, com o orçamento brasileiro de US\$ 24,3 bilhões e a dos demais somados de US\$ 26,5 bilhões. Tal indicador aponta, portanto, uma progressiva diminuição do isolamento do Brasil frente





seus vizinhos, apontando para uma fragilização de seu momento unipolar (IISS, diversas edições).

Percentual do PIB gasto em defesa

Para além dos valores absolutos, a análise do percentual gasto nos dá um indicativo do sacrifício dado à defesa dentro do orçamento geral desses Estados. Maiores percentuais podem indicar, por exemplo, não apenas uma maior atenção à área, mas também uma disposição maior em aumentar seu poder militar.

Vemos, de modo geral, uma continuidade no perfil dos investimentos. Argentina, mantendo-se pouco abaixo de 1%, Brasil, com algo próximo a 1,5%, e Chile, próximo de 2,3%, foram os mais constantes em seus percentuais ao longo do período. Observa-se, no caso da Venezuela, uma queda significativa, saindo de 1,6% do PIB gasto em defesa em 2006, seu maior percentual, para 0,75% em 2011. Ainda governada no período por Hugo Chávez, um militar, esses números mostram que não há uma associação direta de favorecimento das FFAA no orçamento do país. Significativo de nota também é o salto do percentual do PIB para defesa dado pelo Equador, que sai de 2% em 2002 para 3,7% em 2009 e 2011 (IISS, diversas edições).

A Colômbia fica à frente de todos entre o início da análise até 2011, quando é superada pelo Equador. Fora esse ano, os valores colombianos nunca ficaram abaixo dos 3,3%, chegando a um máximo de 3,9% em 2009. São números bastante expressivos e, em conjunto com os indicadores COW e gastos absolutos em defesa, mostram como a Colômbia vem crescendo em termos de poder geral na região, o que é também perceptível no crescimento do seu PIB na última década. No caso brasileiro, a proximidade dos 1,5% está abaixo da média dos países da região. Contudo, dado o tamanho do seu PIB, os valores dos países se tornam muito mais significativos (IISS, diversas edições).

Total de efetivos nas Forças Armadas

Vistos os indicadores gerais, passo agora a alguns indicadores mais materiais do poder militar dos Estados sul-americanos. Esses dados todos, extraídos das edições da publicação anual *The Military Balance* (IISS, diversas edições), não avaliam a qualidade dos materiais e/ou pessoas envolvidos, tampouco sua eficiência. Contudo, uma análise material é importante para sabermos o que está prontamente disponível a esses Estados, caso optem por fazer uso da força.





O primeiro indicador é o total de efetivos nas FFAA entre 2009 e 2013. Esse indicador é importante para vermos a quantidade de militares na ativa, no conjunto das três forças. Observa-se logo que não há a supremacia absoluta de um único Estado no quesito do total de efetivos nas FFAA. Diferentemente dos dados todos apresentados até o momento, o Brasil, ainda que tenha o maior efetivo, ganha da Colômbia, segunda colocada, por uma margem pequena. A maior diferença entre os dois foi em 2009, quando o Brasil tinha 326.435 pessoas em suas FFAA enquanto a Colômbia tinha 267.231, uma diferença de 59.204 pessoas. Não é uma diferença pouco significativa – é quase o total das FFAA chilenas no mesmo ano, que tinham um efetivo de 60.560. Contudo, percebe-se que dois atores, agora, detêm grande concentração de recursos. Entre 2011 e 2012, a diferença fica ainda menor: de 35.476 pessoas – o equivalente às FFAA somadas de Paraguai, Suriname e Uruguai (IISS, diversas edições).

Se desconsiderássemos os números da Colômbia e analisássemos apenas os outros países, ainda assim, em todos os anos, a soma dos efetivos totais seria maior que as FFAA brasileiras. Em 2009, essa soma seria de 508.615 pessoas, e, em 2013, de 504.490. Esses números representariam, respectivamente, 156% e 158% das Forças Armadas brasileiras no mesmo ano. Incluindo-se a Colômbia, a soma das FFAA dos outros países sul-americanos seria o equivalente a 238% dos efetivos brasileiros em 2009 e a 247% em 2013. Ou seja, esse indicador vai contra a hipótese de uma concentração unipolar de recursos e aponta em direção a uma multipolaridade, onde dois países concentram muitos recursos, mas há outros menores, com potencial não desprezível. Não houve alterações significativas entre 2013 e 2015 nesse indicador (IISS, diversas edições).

Total de efetivos dos Exércitos

No total dos efetivos nos Exércitos entre 1991 e 2013, observamos, de maneira ainda mais direta, o crescimento dos números colombianos. Se, entre 1991 e 2001, o Brasil era ainda o país sul-americano com maior número de efetivos nos Exércitos, a partir de 2009, há um novo líder nesse quesito: a Colômbia. Em 2010, ano em que a diferença entre os países é maior, a Colômbia apresenta um número de 237.466 efetivos, enquanto o Brasil tem 190.000. A diferença, de 47.466 soldados, não é nada desprezível: é o equivalente aos Exércitos argentino, paraguaio e surinamês somados. Em números percentuais, o Exército brasileiro, em 2010, equivalia a 80% do Exército da Colômbia (IISS, diversas edições).





Em um indicador importante para a medição do poder militar, o fato do Brasil, então líder em todos os demais quesitos, aparecer em segundo lugar é marcante. Segundo Mearsheimer (2001), o Exército é a força principal, uma vez que é ele quem garante a ocupação e, portanto, a vitória. Além da Colômbia como líder e o Brasil em segundo colocado, não se pode desprezar, ainda, a soma dos demais países. Em 2010, a soma dos Exércitos dos demais países sul-americanos, tirando a Colômbia e o Brasil, era de 317.934 soldados, 134% dos Exércitos colombianos. Tal qual no indicador dos totais das FFAA, os totais dos Exércitos indicam uma tendência a uma multipolaridade desequilibrada, onde há um novo candidato a polo. Essa distribuição mantém-se estável em 2014 e 2015 (IISS, diversas edições).

Total de efetivos nas Marinhas

Diferentemente do observado nos Exércitos, na análise dos efetivos totais das Marinhas dos Estados da América do Sul, o Brasil volta a ser o principal polo. Contudo, não como líder isolado. O crescimento colombiano, uma vez mais, mostra-se notável, em especial entre 2012 e 2013, quando o país sai de um efetivo nas Marinhas de 33.188 e passa para 46.150 marinheiros, um aumento de 39%. Enquanto, em 2009, a Marinha colombiana equivalia a 46% da brasileira, esse valor sobe para 78% em 2013 (IISS, diversas edições).

Além do crescimento colombiano, nota-se também uma redução significativa dos números chilenos. Durante a década de 1990, a Marinha do Chile era a segunda colocada, após o Brasil. Em 1999, enquanto o Brasil tinha um efetivo de 52.000 marinheiros, o Chile tinha 29.000 – o equivalente a 55,8% dos números brasileiros. Já em 2013, o Brasil tinha 59.000 marinheiros e o Chile 16.300, 27,6% dos efetivos brasileiros (IISS, diversas edições).

O Peru, por sua vez, manteve-se estável durante quase todo o período, com um efetivo médio próximo de 24.000 marinheiros. Tal qual o observado também nos totais dos Exércitos e nos efetivos totais das FFAA, os números dos demais países não são desprezíveis. Excluindo-se Brasil e Colômbia, a soma dos demais chega a 97.590 marinheiros em 2013. Isso equivale a 165% dos números brasileiros, o que significa que, apesar de ser o país com a maior Marinha, o Brasil não é um líder isolado. Levando-se ainda em conta o volume e o crescimento colombiano dos últimos anos, essa liderança fica, uma vez mais, sob forte suspeita (IISS, diversas edições).





Total dos efetivos das Forças Aéreas

Diferentemente das demais forças, a análise comparativa dos totais de aviadores sul-americanos indica uma maciça superioridade brasileira. Tanto na década de 1990 quanto nos anos recentes, o que se observa é que houve, nos demais países, uma estabilidade relativa no número de efetivos das Forças Aéreas e um incremento, em um número já desproporcional, nos aviadores brasileiros. Com números próximos aos 50.000 durante a primeira fase de análise, o total de efetivos brasileiros na Força Aérea passa a se aproximar de 70.000 pessoas a partir de 2009 – número que se mantém estável desde então (IISS, diversas edições).

Ainda que seja visivelmente superior às demais em números, em nenhum dos anos selecionados a Força Aérea brasileira é superior à soma das demais. Em 2010, ano em que o Brasil apresenta maior número de efetivos, com 70.710, a soma dos demais totalizava 79.078, o equivalente a 112% do total brasileiro. A diferença de efetivos, contudo, nos é suficiente para apontar uma distribuição de poder em direção a uma unipolaridade brasileira no quesito total dos efetivos das Forças Aéreas sul-americanas (IISS, diversas edições).

Houve, no caso do Chile, uma redução de seus totais, quando se compara os períodos 1991 a 2001 e 2009 a 2013. No primeiro período, com pequena variação, os aviadores chilenos ficavam próximos de 13.000. Já no segundo período, esse número fica, quase que em todos os anos, com 7.760 aviadores, com uma redução de cerca de 40% (IISS, diversas edições).

Tal qual observado nas demais forças, a Colômbia apresenta também um aumento no seu número de aviadores, mas, em números absolutos, menos significativo que no Exército e Marinha. Saindo de um total de 7.000 aviadores em 1991 e 2001, seus menores registros no período, a Colômbia chega a ter 13.750 pessoas a partir de 2011, número que se manteve estável em 2012 e 2013, um aumento de 196%. Contudo, em números absolutos, ainda está abaixo do Peru, segundo colocado nesse indicador, com 17.000 aviadores, número que se mantém constante desde 2009, e da Argentina, que manteve, no mesmo período, cerca de 14.600 aviadores. Não houve grandes mudanças nos dois anos seguintes (IISS, diversas edições).

Veículos Blindados

Ao observarmos o total dos efetivos gerais das três forças e de cada uma delas em separado, voltamos agora para uma análise dos meios operacionais das





FFAA da América do Sul. Esses indicadores serão importantes, pois nos mostrarão os meios operacionais disponíveis para o emprego da força.⁷

Há, entre 2009 e 2013, uma relativa estabilidade dos números, com um leve crescimento brasileiro e venezuelano e um decréscimo chileno. Ainda que o Brasil seja o Estado da região com maior número de blindados, essa diferença não é tão grande assim frente aos demais (IISS, diversas edições).

Em 2009 e 2010, por exemplo, a distância dos números brasileiros e chilenos, então segundo colocados, era de 442 blindados. Nesses anos, a quantidade de blindados do Chile representava cerca de 72% do total do Brasil. A soma dos demais países, excluindo os dois primeiros, era de 3.690 veículos – um número superior ao brasileiro em 57%. Mesmo a redução do número de blindados do Chile entre 2011 e 2013, portanto, não afeta a tendência observada em direção a uma multipolaridade desequilibrada na América do Sul ao analisarmos apenas tal indicador. Entre 2011 e 2013, devido à redução dos números chilenos, a Argentina passa a ocupar a segunda posição – ainda que o crescimento venezuelano, a partir de 2011, tenha aproximado bastante os dois países. Em 2013, a Argentina tinha 1.088 veículos blindados, enquanto a Venezuela tinha 963, uma diferença que equivalia a apenas 11,5% dos totais argentinos. Nesse mesmo ano, o Brasil, com 1.806 blindados, tem o equivalente a apenas 27,3% dos totais da América do Sul – considerando todos os doze países (IISS, diversas edições).

Peças de artilharia

Neste indicador, entre 2009 e 2013, vemos uma leve preponderância brasileira e uma continuidade nos números dos demais. O Brasil mantém, durante todo o período, a posse de pouco mais de 1.800 peças de artilharia. Entre 2009 e 2010, por uma diferença pequena, de apenas 88 peças, o Chile, com um número de 1.191, fica à frente da Argentina, que contou, em todo o período, com 1.103, e ocupa a segunda colocação no subcontinente. Após 2011, vemos uma leve redução nos números chilenos, o que deixou os argentinos em segundo lugar até o final do período analisado (IISS, diversas edições).

⁷ Somar equipamentos diferentes pode indicar potenciais de poder distintos. Nosso primeiro indicador desse tipo, a soma dos veículos blindados, é um exemplo. Inclui-se aqui todos os tipos de blindados disponíveis, desde o que o IISS (diversas edições) categoriza como Tanques Principais de Batalha e Tanques Leves até as demais categorias de blindados colocadas pela publicação. Ainda que tenham usos e calibres diferentes, são todos veículos blindados, e sua soma, para meu propósito, busca mostrar a capacidade de força em determinado setor de meios operacionais. É evidente a limitação desse indicador isolado, uma vez que ele não avalia o status operacional dos equipamentos.





Com relação aos números gerais, o Brasil detinha, em 2009, 25,1% do total das peças – o que lhe conferia uma preponderância frente aos demais, mas não uma inquestionável liderança. Em 2013, esse percentual cai para 24,7% do total. Vemos, então, que, no quesito de peças de artilharia, tal qual no quesito de número de blindados, a distribuição aponta mais para uma multipolaridade desequilibrada de recursos (IISS, diversas edições).

Submarinos

Todos os submarinos sul-americanos, até o momento, são submarinos táticos, ou seja, nem possuem artefatos ou propulsão nuclear. Em primeiro lugar, aparece o Peru, com seis submarinos (23% do total), seguido do Brasil, com cinco (19% do total); do Chile e da Colômbia, ambos com quatro unidades (15% do total, cada); da Argentina, com três (12% do total); e do Equador e da Venezuela, ambos com dois submarinos táticos (8% do total, cada). Dados as poucas unidades disponíveis e o número comparativamente baixo que cada um dos detentores apresenta, não há um desequilíbrio na distribuição desse meio operacional, não sendo possível indicar a superioridade de nenhum dos Estados sul-americanos (IISS, diversas edições).

Embarcações de guerra

Neste indicador, vemos o Brasil à frente dos demais, mas com uma preponderância muito leve. Em 2009 e 2010, por exemplo, enquanto o Brasil tinha dezesseis embarcações de águas azuis, a Argentina, segunda colocada, tinha quatorze. O Peru, na terceira posição, ficou com nove embarcações em todo o período estudado. Em seguida, vem o Chile, com oito embarcações; a Venezuela, com seis; e Colômbia, com quatro. O Equador foi o único que apresentou uma variação significativa, saindo de oito embarcações de águas azuis, em 2009 e 2010, para apenas duas, a partir de 2011. Os outros Estados não possuem embarcações desse tipo. A preponderância brasileira é pequena, não sendo suficiente para apontar uma concentração especial de recursos (IISS, diversas edições).

Já na análise das embarcações de águas marrons, vemos alguns dados bastante diferentes. A liderança coube, em todo o período, à Colômbia. Em 2009 e 2010, o país tinha, respectivamente, 84 e 86 embarcações do tipo. Esse número caiu para quase a metade, 48, em 2011, e se manteve em 56 nos dois últimos anos da análise. Mesmo nos dois primeiros anos, em que seus números eram significativamente mais expressivos, a Colômbia não detém uma superioridade maciça. Em 2009,





o país detinha 29% do total desse tipo de embarcação. Esse percentual cai para 24,2% em 2013 (IISS, diversas edições).

No restante do período, o Brasil, na média geral, aparece em segunda colocação, saindo de 33, em 2009, para 44 embarcações em 2013. Foi o único aumento expressivo digno de nota até 2015. Um dado importante é que o Brasil é o único dos países da região que possui um porta-aviões, o São Paulo. Independentemente das críticas associadas à sua aquisição, essa é uma embarcação de grande porte, que, se operacional, aumenta as capacidades ofensivas do Brasil substancialmente frente aos seus vizinhos (IISS, diversas edições).

Aviões de combate

Vemos, nessa comparação, uma relativa estabilidade dos demais países da América do Sul, à exceção do Brasil, que tem a sua capacidade diminuída significativamente – ainda que se mantenha na primeira colocação. A diferença para a Argentina, segunda colocada, que chegou a ser de 213 aeronaves, em 2010, diminuiu para 115, em 2013 – pouco mais que os números chilenos ou venezuelanos no mesmo ano. Ainda que tenha ficado à frente dos demais, os números brasileiros não lhe conferem uma vantagem tranquila em termos de aviões de combate. A soma dos demais países, em 2013, foi de 607 aeronaves do tipo, ano em que o Brasil tinha um número de 246. Ou seja, as demais capacidades aéreas somadas eram 147% maior do que a brasileira (IISS, diversas edições).

Em terceiro lugar, durante os anos analisados, aparece a Venezuela, com uma média de 101,6 aeronaves entre 2009 e 2010. Em seguida, vemos a Colômbia, com uma média de 91,4 para o período e, logo depois, o Chile, com 89,4 aeronaves de guerra em média. Vemos que, além da superioridade brasileira não ser relativamente alta, ela caiu ao longo dos anos, fazendo com que, por esse indicador, não tenhamos uma distribuição que indique uma unipolaridade, mas sim uma multipolaridade desequilibrada em favor do Brasil (IISS, diversas edições). Tal configuração poderá ser alterada se concretizar-se a entrega dos 36 caças Gripen, adquiridos pelo Brasil da Suécia, e com previsão de entrega para 2019 (FAB, 2016).

Ranking de Força Militar GFP

Como último indicador de poder militar, trago o ranking de força militar elaborado pela *Global Fire Power*⁸ (GFP) (2013, 2016). O Brasil aparecia na lista geral

8 No índice de 2013, Equador, Guiana e Suriname não constavam nos dados. No índice de 2016, ficaram de fora, dentre os Estados sul-americanos, Guiana e Suriname (GFP, 2013, 2016).

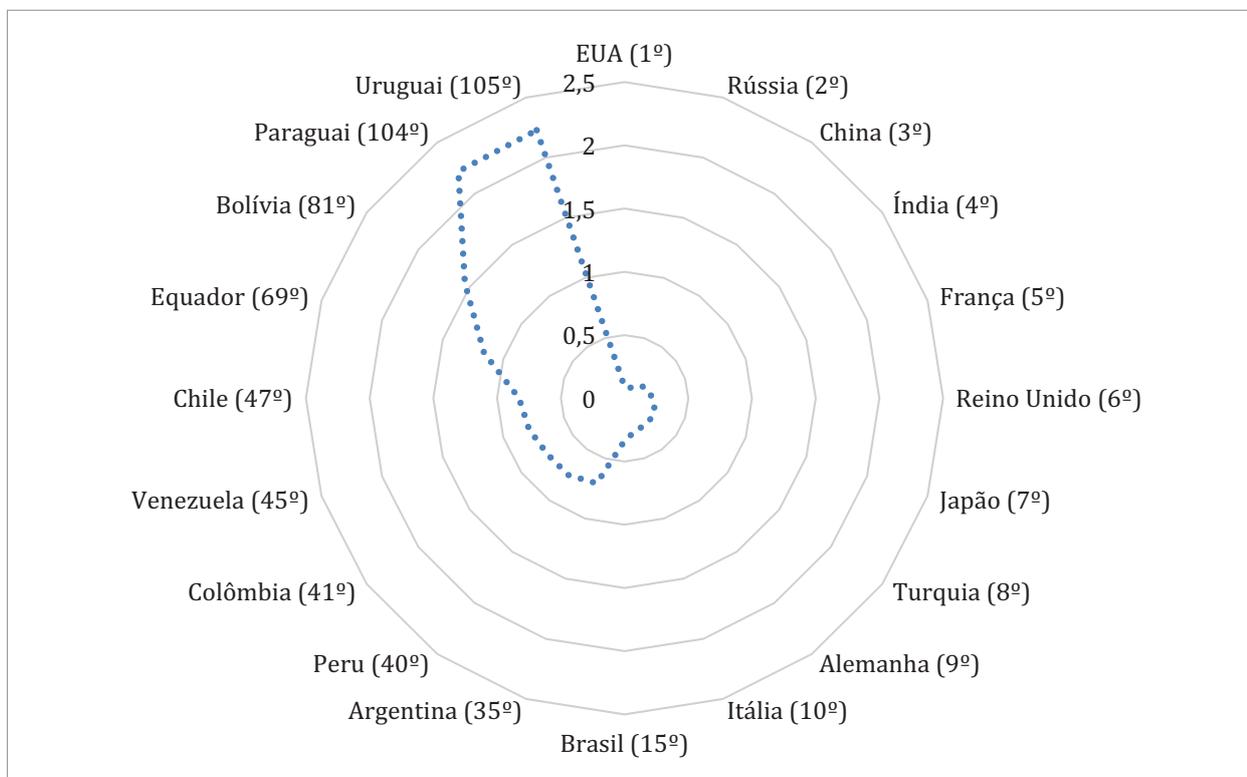




em 10^a colocação em 2013. No entanto, em 2016, passa a ocupar a 15^a posição, uma queda de 5 posições. Após o Brasil, o próximo sul-americano a constar no ranking é a Argentina, como 35^a colocada nos dois anos analisados. Em 2013, seguem Venezuela (40^a), Colômbia (41^a), Chile (51^o), Paraguai (62^o) e Uruguai (67^o). Em 2016, a ordem muda para Peru (40^o), Colômbia (41^a), Venezuela (45^a), Chile (47^o), Equador (69^o), Bolívia (81^a), Paraguai (104^o) e Uruguai (105^o).

Vemos que a distância, em termos do *PwrIndx*, que separa o Brasil do segundo Estado sul-americano citado no índice, a Argentina, no índice de 2013, já era muito maior do que a que separa os Estados Unidos do próprio Brasil. Em 2013, os EUA apresentavam um índice de poder⁹, ou *PwrIndx*, de 0,2475. O Brasil, com 0,6912, trazia uma diferença de 0,4437. Já a distância do Brasil para a Argentina, que tinha um *PwrIndx* de 1,2961, é de 0,6049 (GFP, 2013). No ranking de 2016, a diferença entre os *PwrIndx* do Brasil e dos EUA é de 0,2462. Já a diferença que separa a Argentina do Brasil, no mesmo ano, é de 0,3714, novamente uma diferença maior, em termos do *PwrIndx*, do que a que separa os EUA do Brasil (GFP, 2016).

Gráfico 1. Ranking de Força Militar GFP em 2016: os dez primeiros colocados e os países da América do Sul



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos de GFP, 2016.

⁹ O índice ideal considerado pela GFP (2013) é 0,0000. Logo, quanto mais próximo de zero, maior o poder de fogo do país.

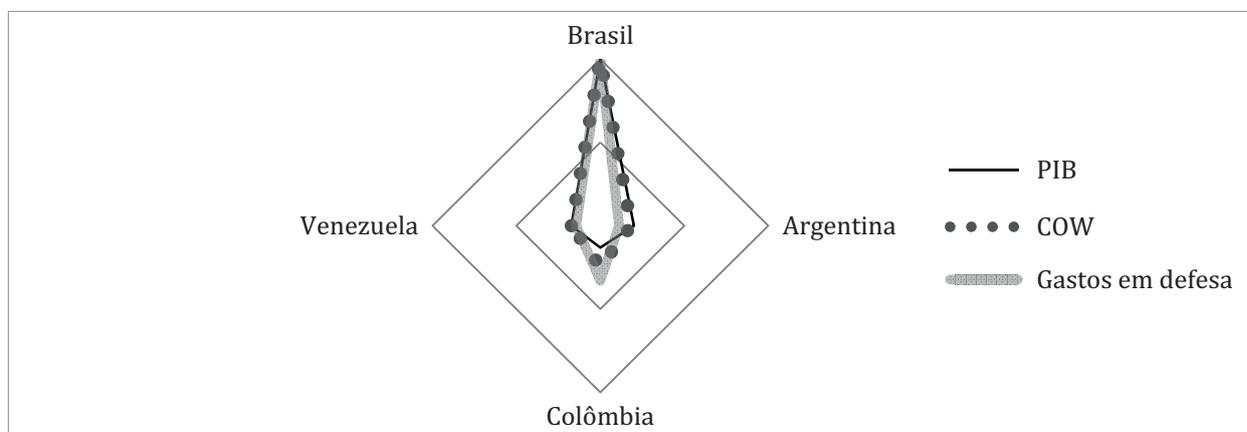


Definindo a polaridade da América do Sul

Depois de passarmos por quinze indicadores diferentes, prossigo com a avaliação da polaridade sul-americana. Tivemos dados divergentes em diversos indicadores, apontando em direção a diferentes tipos de polaridades, ora apontando tendências a uma unipolaridade, ora indicando tendências a uma multipolaridade desequilibrada. Nos indicadores apontados por Wohlforth (1999; 2009) para a mensuração do poder militar (COW, PIB e gastos em defesa), temos uma configuração de poder tipicamente unipolar na América do Sul durante os anos 2000.

O Brasil, que era líder isolado já nos gastos em defesa, foi o país que percentualmente mais aumentou os seus gastos no setor – o que aumentou sua distância frente aos demais. Os gastos brasileiros superam o de todos os demais somados, ao menos até o ano de 2014. O Gráfico 2 apresenta o percentual de concentração de poder em relação ao hegêmona, fazendo uso da mesma metodologia utilizada por Wohlforth (1999; 2009), para o ano de 2007¹⁰.

Gráfico 2. Percentual de poder em relação ao hegêmona na América do Sul em 2007



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos de Lima, 2013; Acácio, 2013; IISS, 2009; SIPRI, 2013.

Poderíamos nos dar por satisfeitos e concluirmos, desde já, que o Brasil é o único polo de poder sul-americano. Contudo, quando fazemos uma análise dos recursos militares disponíveis para uso imediato, comparando tanto o número geral de efetivos quanto os meios operacionais, vemos que essa unipolaridade não é absoluta.

¹⁰ Foi escolhido o ano de 2007 porque é quando há a última disponibilidade de dados para a variável dos *Correlates of War*. Esses dados, trabalhados por Lima (2013) e Acácio (2013), permanecem sendo os últimos na base de dados dos COW < <http://www.correlatesofwar.org/> > .





Reconhecemos que medir poder militar em países que não o projetam é um problema (BIDDLE, 2004), e que análises puramente materiais, nesse sentido, não são suficientes, isoladamente, para a definição da balança de poder na América do Sul. Contudo, elas suprem a evidência, demonstrada em depoimentos dos tomadores de decisão brasileiros por Rodriguez (2013), do desaparelhamento relativo que as FFAA brasileiras têm em comparação aos seus vizinhos.

O caso colombiano é, talvez, o mais significativo para que reavaliemos a durabilidade da unipolaridade brasileira. Ainda que esteja atrás do Brasil, da Argentina e da Venezuela no ranking da GFP (2013; 2016), Lima (2013) mostra o destaque para o crescimento colombiano nos COW, e que endossamos aqui pela análise dos efetivos e dos meios operacionais. A Colômbia tem se tornado forte militarmente, com foco no combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e aos demais grupos armados associados ao narcotráfico que operam no país. Esse é um dado significativo, pois, ainda que esteja aumentando sua força militar, a Colômbia ainda precisará dar fim às próprias forças desagregadoras domésticas, até que possa projetar poder além de seu território – o que dá fôlego para a manutenção da posição privilegiada do Brasil.

Um dos pontos trazidos por Waltz (1979) na hora de se definir polaridades é que não se deve projetar o futuro no presente. Ou seja, ainda que o Brasil esteja com planos de compras de novos caças e construindo o primeiro submarino de propulsão nuclear sul-americano, elementos que poderão contribuir para o reaparelhamento dos meios operacionais brasileiros, esse não conta na atualidade.

Outro problema para assegurar a leitura de uma América do Sul unipolar é a incerteza sobre os rumos colocados pela crise econômica brasileira. Dois indicadores deixam tal configuração incerta: os COW, por sua indisponibilidade após 2007, e os gastos em defesa. Se, até 2013, os gastos em defesa brasileiros superavam com alguma folga a soma de todos os demais países sul-americanos somados, o mesmo não se observa a partir de 2014. Não apenas a soma dos demais ultrapassa os gastos brasileiros em defesa, como a diferença aumenta, invertendo a lógica observada nos anos 2000. Em 2014, o gasto dos demais Estados sul-americanos em defesa ultrapassa os brasileiros em US\$ 549 milhões. Já em 2015, tal diferença salta para US\$ 2,2 bilhões. Ainda que a desvalorização cambial tenha contribuído para a diminuição, em dólares estadunidenses, dos gastos brasileiros, em leitura comparada, os números brasileiros se mostram defasados frente aos vizinhos na variável dos gastos de defesa.





Se, por um lado, há índices que apoiam a hipótese de uma unipolaridade brasileira na América do Sul, as análises dos efetivos, dos meios operacionais e dos gastos em defesa a partir de 2014 nos mostram que o Brasil não confirma os primeiros indicadores. Se, para ser considerado um polo único, um país precisa ter domínio simétrico dos indicadores de poder, o Brasil não cumpre, hoje, tal exigência no campo militar.

Dado o problema de se medir força militar em países que não a empregam – e que podem projetar poder através de outras vias que não necessariamente pelo domínio militar –, em especial em uma região onde, comparativamente, há baixo uso de FFAA, não se pode descartar sumariamente a tendência brasileira à unipolaridade na América do Sul. Mesmo que tenha programas de reaparelhamento de suas Forças Armadas, o Brasil não é o único a fazê-lo. Isso pode indicar que a unipolaridade brasileira possa ser um fenômeno de curta duração.

Rodriguez (2013), Schenoni (2014) e Rezende (2015) mostram que a definição da balança de poder na América do Sul é importante, por abrir diversas interpretações e expectativas para a dinâmica internacional na região. A estabilização do dólar, as retomadas do crescimento econômico da região e dos gastos em defesa continuados serão fundamentais para a definição da polaridade sul-americana nos anos vindouros. Essa observância é relevante tanto para as expectativas das dinâmicas políticas regionais quanto para a formulação das políticas externas e de defesa dos países sul-americanos nas próximas décadas.

Referências

- ACÁCIO, Igor Daniel. *Política de Defesa em Perspectiva Comparada: A Percepção de Ameaças em Potências Regionais*. Mestrado em Ciência Política, IESP/UERJ, 2013.
- BIDDLE, Stephen. *Military Power. Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- CEPIK, Marco. A Política de Cooperação Espacial Chinesa: Contexto Estratégico e Alcance Internacional. *Revista de Sociologia e Política*, V. 19, nº Suplementar, Nov. 2011, pp: 81-104.
- CEPIK, Marco; MACHADO, Felipe. O Comando do Espaço na Grande Estratégia Chinesa: Implicações para a Ordem Internacional Contemporânea. *Carta Internacional*, Vol. 6, n. 2, Jul-Dez 2011, pp: 112-31.





- CEPIK, Marco; SCHNEIDER, Luiza. Kenneth Waltz. In: MEDEIROS, Marcelo de Almeida *et al* (org.). *Os Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: Editora HUCITEC, pp: 84-109.
- ETCHEGOYEN, Sérgio Westphalen. O Conselho de Defesa Sul-Americano. In: ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Orgs.). *Prospectiva, Estratégia e Cenários Globais*. Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Ciclo de Debates. Brasília: IPEA, 2011.
- FORÇA AÉREA BRASILEIRA (FAB). Começou a participação do Brasil no projeto do caça Gripen NG. Agência da Força Aérea, publicado em 31/01/2016. Disponível em: < <http://fab.mil.br/noticias/mostra/24459/GRIPEN%20NG%20-%20Come%C3%A7ou%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil%20no%20projeto%20do%20ca%C3%A7a%20Gripen%20NG> > . Acesso em: 01/08/2016.
- GLOBAL FIRE POWER (GFP). *Countries Ranked by Military Strength*. Military Factory Network, 2013. Disponível em: < <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp> > . Acesso em: 20/09/2013.
- GLOBAL FIRE POWER (GFP). *Countries Ranked by Military Strength*. Military Factory Network, 2016. Disponível em: < <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp> > . Acesso em: 01/08/2016.
- LIMA, Maria Regina. Relações Interamericanas, a Nova Agenda Sul-Americana e o Brasil. *Lua Nova*, N. 90, Vol. 3, 2013, p. 167-201.
- MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton & Company, 2001.
- REZENDE, Lucas Pereira. *Sobe e Desce! Explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
- REZENDE, Lucas Pereira. Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa na Unipolaridade. *Contexto Internacional*, v. 36, n. 2, julho/dezembro 2014, pp: 519-48.
- RODRIGUEZ, Júlio. *Os efeitos de limitadas capacidades materiais na política externa de potências intermediárias no sistema internacional: o Caso do Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.
- SCHENONI, Luis Leandro. Unveiling the South American Balance. *Estudos Internacionais*, v. 2, n. 2, jul-dez 2014, p. 251-232.
- SCHWELLER, Randall L. *Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's Strategy of World Conquest*. New York: Columbia University Press, 1998.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). *Military Expenditures*, SIPRI Military Expenditure Project, 2013. Disponível em: < <http://portal.sipri.org/publications/pages/expenditures/splash-expenditures> > . Acesso em: 17 de setembro de 2013.





THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). *The Military Balance*. London: Ed. Brassey's, edições de 1991 e 1994.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). *The Military Balance*. Oxford: Oxford University Press, edições de 1999 e 2000.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). *The Military Balance*. London: The International Institute for Strategic Studies, edições de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2016.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

WOHLFORTH, William C. The Stability of a Unipolar World. *International Security*, Vol. 24, No.1 (Summer, 1999), pp. 5-41.

WOHLFORTH, William C. Unipolarity, Status Competition, and Great Power War. *World Politics*, Vol. 61, No. 1, (January, 2009), pp: 28-57.

